



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

JAILTON SILVA MEDEIROS

**ANÁLISE COMPARATIVA DA CRISE DE 1929 E DA CRISE ATUAL À LUZ DA
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA.**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JAILTON SILVA MEDEIROS

**ANÁLISE COMPARATIVA DA CRISE DE 1929 E DA CRISE ATUAL À LUZ DA
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Administração e Economia - DAEC do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA da Universidade Estadual da Paraíba em forma de artigo como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M488a Medeiros, Jailton Silva.

Análise comparativa da crise de 1929 e da crise atual à luz da administração política. [manuscrito] / Jailton Silva Medeiros. - 2022.

31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior, Departamento de Administração e Economia - CCSA."

1. Administração política. 2. Crise econômica. 3. Macroeconomia. I. Título

21. ed. CDD 320

JAILTON SILVA MEDEIROS

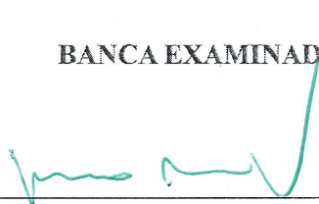
**ANÁLISE COMPARATIVA DA CRISE DE 1929 E DA CRISE ATUAL À LUZ DA
ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Administração e Economia - DAEC do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA da Universidade Estadual da Paraíba em forma de artigo como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.


Área de concentração: Administração.

Aprovada em: 19/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ana Jussara Silva do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Hannah de Oliveira Santos Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

ANÁLISE COMPARATIVA DA CRISE DE 1929 E DA CRISE ATUAL À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA.

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE 1929 CRISIS AND THE CURRENT CRISES IN LIGHT OF THE POLITICAL ADMINISTRATION

Jailton Silva Medeiros¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as crises de 1929 e a crise recente, a saber a crise de 2008 dos *subprimes* integralmente com a crise sanitária do Novo Coronavírus como um agente aprofundador da crise estrutural malograda pela recessão dos anos 2000 à ótica da administração política, justificando a pesquisa através do interesse de compreender o posicionamento político-administrativo dos períodos mencionados e de oferecer bases relevantes para futuras crises cíclicas inerentes ao modelo econômico vigente. A pesquisa é exploratória, qualitativa e realizada por meio do método bibliográfico, visando ir de encontro com o objetivo traçado por meio de fontes secundárias, realizando a caracterização dos ciclos econômicos e dos momentos recessivos propostos e em seção subsequente realizando a análise do posicionamento político-administrativo dos períodos em questão, onde é possível inferir que a intervenção estatal esteve presente em todos os momentos mencionados, que ocorre a intensificação das crises quando há apatia da administração presente em conter as crises e que a herança neoliberal dos anos 70-80 fragilizou as bases estruturais das economias globais, forçando-os a se voltarem à medidas de injeção de liquidez a curto prazo.

Palavras-chave: Administração política. Crise. Macroeconomia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the crises of 1929 and the recent crisis, namely the 2008 crisis of the subprimes in full with the health crisis of the New Coronavirus as a deepening agent of the structural crisis frustrated by the recession of the 2000s from the perspective of political administration, justifying the research through the interest of understanding the political-administrative positioning of the mentioned periods and of offering relevant bases for future cyclical crises inherent to the current economic model. The research is exploratory, qualitative and carried out through the bibliographic method, aiming to meet the objective outlined through secondary sources, carrying out the characterization of the economic cycles and the proposed recessive moments and in a subsequent section performing the analysis of the political-administrative positioning of the periods in question, where it is possible to infer that state intervention was present at all times mentioned, that the intensification of crises occurs when there is apathy of the present administration in containing the crises and that the neoliberal heritage of the 70s-80s weakened the structural foundations of global economies, forcing them to turn to short-term liquidity injection measures.

Keywords: Political administration. Crisis. Macroeconomics.

¹ Aluno de graduação do curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba. E-Mail: jailton.medeiros2@gmail.com

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1	Conceito de Administração Política.....	7
2.2	Considerações acerca da “Teoria Do Ciclo Econômico”.....	7
2.3	Compreensão acerca da crise 1929.....	9
2.4	Contextualização da crise estrutural atual.....	12
3	METODOLOGIA.....	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1	Análise do posicionamento político-administrativo em 1929.....	18
4.2	Análise do posicionamento político-administrativo na crise atual.....	22
5	CONCLUSÃO.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história do capitalismo, é percebido uma quantidade de desestabilizações no sistema econômico em épocas diferentes, todas elas causando sérias consequências para a sociedade, reduzindo a riqueza das nações, causando desemprego e levando miséria à população. A partir do reconhecimento que há momentos de incerteza tão grandes, a sociedade naturalmente exige das suas autoridades político-administrativas posicionamento para que se sanem as mazelas malogradas pelo seu advento, entretanto ao verificar os períodos estudados, é possível ver diferentes posturas dessas autoridades do governo num âmbito mais amplo.

A crise de 1929, ou grande depressão, acarretou grave derrocada econômica inicialmente nos Estados Unidos e em sequência tomou uma dimensão generalizada e sistematizada, onde só foi possível ver fôlego após a aplicação do *new deal* de Roosevelt e de Bretton-Woods. Após a “era de ouro” - essa atribuída ao aparato de Bretton-Woods - o mundo teve uma série de gestores políticos liberais/neoliberais que acabaram por dismantlar o acordo e assim acredita-se que se deu o despontar da crise de 2008 e do fim da era de ouro. Com os abalos da crise anterior, o mundo agora tinha que lidar com a crise sanitária do SARS-COV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave 2), que por consequência, aprofundou a crise econômica recente incorrendo em séria retração econômica, onde não há dimensão do quão profunda serão as suas consequências ao sistema capitalista atual.

Levando em consideração o histórico de crises já vivenciadas pelo mundo, e pelas dimensões que tomaram em paradigma com a crise atual do novo coronavírus, deu-se o seguinte questionamento para o aflorar dessa pesquisa em vista da ínfima quantidade trabalhos que tratem de forma histórica a política frente às crises: quais foram os posicionamentos político-administrativos das crises anteriores e quais são os laços que cada uma compartilha entre si?

Portanto ao nos voltarmos a responder esse questionamento, a justificativa trata da necessidade de compreensão das dimensões das crises passadas e dessa maneira obtermos conhecimento para o solucionamento das crises futuras e que assim fosse possível formular medidas estratégicas preventivas com base nas ações anteriormente tomadas.

Dessa maneira, este trabalho tem por intuito trazer uma análise comparativa entre as crises, sendo elas a crise de 1929 e a crise recente, a saber, a crise de 2008 dos *subprimes* integralmente com a defasagem recente do Novo Coronavírus, tendo portanto como objetivo geral analisar as crises de 1929 e a crise recente buscando compará-las pela ótica da administração política.

Portanto, para que se possa ser atingido o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram traçados: i) apresentar as causas das crises; ii) identificar as medidas utilizadas nos períodos mencionados; iii) apresentar as semelhanças e dissonâncias das medidas encontradas.

Este trabalho será dividido nas seguintes partes: referencial teórico, onde foi tratada as conceituações de administração política e o ciclo econômico e em consonância com o tema, são introduzidas as compreensões delimitadoras das crises, onde primeiramente se é mostrada a crise de 1929, em sequência são expostas as conotações da crise recente incorporando a compreensão acerca da crise de 2008 conjuntamente com as nuances do Novo Coronavírus; quanto a metodologia empregada na pesquisa, foi apresentada a técnica, a natureza, objetivo e método de análise e seus respectivos detalhamentos acerca de como a pesquisa desta obra foi desenvolvida; na apresentação dos resultados ao tratamos de expor a análise comparativa entre as crises, e por fim a conclusão obtida ao término deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Administração Política

Primeiramente devemos tratar do conceito de administração política, esse que comunica de forma abrangente e multidisciplinar, apesar da sua fonte econômico-social, incube em reconhecer os fenômenos socioeconômicos entre a intersecção da tríade sociedade-Estado-mercado (SANTOS *et al.*, 2021, p. 466). Considerando essa perspectiva, Santos (2004, *apud* SOUZA. S. *et al.*, 2021, p. 466) afirma que o conceito de administração política: “[...] é definido como um dado padrão de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição da riqueza e renda produzida socialmente.”.

Apesar do esforço em trazer a compreensão da administração política como um campo de estudo capaz de interpretar de forma eficiente a dinâmica capitalista econômica de forma abrangente, Ribeiro (2018) menciona que não se observam esforços acadêmicos significativos em direção a abarcar as conotações subjetivas que essa relação viera a reconhecer, acarretando um papel secundário à administração como fator coadjuvante a interpretação das teorias econômicas do século XVIII e XIX.

Entretanto, ao desenvolver o tema mais a fundo Ribeiro (2018, p. 27) reafirma as compreensões trazidas por Reginaldo Souza Santos, onde é possível reconhecer a administração política como um campo de conhecimento atrelado às raízes da administração e indissociáveis a política, afirmando que:

[...] compreender a correlação indissociável entre administração e política é defender que cabe à ciência da administração uma função central, para além dos seus recursos técnicos, que é refletir sobre as questões sociais que guiam as relações sociais de produção [...]. Nesse sentido, administração e política são dimensões indissociáveis, administração é política, melhor dizendo, esta ciência é administração política.

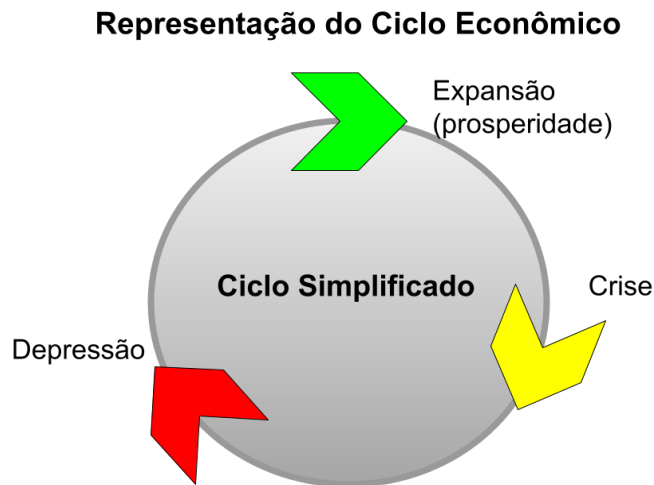
Levando, dessa maneira, à constituição de uma vertente interdependente dos campos do conhecimento administrativo e político, conjugando o seu cerne a interpretação aplicada e derivativa dos pontos especificados entre a tríade mercado-sociedade-Estado, para encaminhar os trilhos do agregado macroeconômico às necessidades democráticas da população e, conseqüentemente, melhorando o bem-estar social da nação.

2.2 Considerações acerca da “Teoria Do Ciclo Econômico”

Quando nos referimos ao assunto de crises econômicas, é essencial entendermos os fundamentos elementares do ciclo econômico, e como são interpretados de forma geral pelo campo acadêmico. Acerca desse assunto, há uma quantidade infinda de “teorias do ciclo econômico” em que na maioria dos casos os pensadores discordam entre si e em suas causas, considerando o seu despontar a uma série de analogias e explicações. Para tanto, tentarei apresentá-las de forma geral elucidando os pensamentos clássicos e contemporâneos com suas devidas compreensões em torno do tema.

Considerando o cerne principal do assunto abordado, a primeira observação a ser feita deve ser a de que temos um “ciclo”, portanto o seu escopo é composto por fases que incluem expansão (prosperidade), crise e depressão, como explica Mitchell (1913). Portanto, para melhor representar a relação entre as fases, foi elaborado o esquema simplificado baseando-se nas determinações de Wesley Mitchell em torno da compreensão inicial do ciclo econômico.

Imagem 01 - Representação esquemática simplificada do Ciclo Econômico baseada na interpretação de Wesley C. Mitchell acerca do tema.



Fonte: Mitchell (1913); O Autor (2022).

Apesar do seu estudo quase embrionário acerca dos ciclos, suas observações são de relevância contemporânea inegável, pois se dispõem sobre a realidade de que a compreensão da crise sobre fatores exógenos excepcionais são cada vez menos plausíveis, onde suas causas de desencadeamento da “crise” são inerentes à organização e atividade econômicas praticadas nos setores.

Essa compreensão mais ampla do problema tem descreditado a visão de que as crises são devidas à condições anormais que induzem a indústria e o comércio a abandonar o seu caminho traçado e temporariamente enevoam o julgamento dos homens de negócio, investidores ou de medidas legislativas equivocadas, de práticas instáveis de negócio e de organizações bancárias imperfeitas ou quaisquer desses semelhantes. Os ciclos de comércio têm continuado as suas rodadas década após década em todas as nações com organizações empresariais altamente desenvolvidas, a ideia de que cada crise possa ser responsabilizada por uma causa especial tem se tornado cada vez menos sustentável. Pelo contrário, atualmente as explicações prescrevem em favor da recorrência de crises após períodos de prosperidade a alguma característica intrínseca da organização econômica ou atividade nela presente. (MITCHELL, 1913, p. 5-6, Tradução nossa.)

Apesar da compreensão ortodoxa, a teoria do ciclo econômico se estendeu aos pensadores neoliberais da escola austríaca, onde sua percepção do despontar do movimento cíclico contraria a percepção de Mitchell, atribuindo as suas causas justamente a fatores externos causadores das inconsistências, argumentando fatos específicos para as suas causas, Bresser Pereira (1986) explica que esse é o caso de Hayek, onde argumenta no seu texto “*price expectations, monetary disturbances and maladjustments*” que as variações na taxa de juros provocadas por mudanças no crédito determinam o ciclo econômico; e de Robert Lucas onde trata, de forma compatível com a hipótese das expectativas racionais, onde enfatiza os movimentos nos preços dos produtos para inferir que são choques monetários o pilar do ciclo econômico. Entretanto, essa compreensão acerca do ciclo é veemente contraditória, pois como argumenta Bresser-Pereira (1986), fica impossibilitado a contemplação de um ciclo regular considerando um fator exógeno não-preditivo que pode ou não deixar de existir.

Naturalmente as teorias do ciclo para fazerem sentido deverão sempre ser *internas* ao sistema. Não há qualquer razão, entretanto, para considerar o subconsumo e a

sobreacumulação como um fenômeno externo ao capitalismo. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno intrínseco ao capitalismo, como é a tendência declinante da taxa de lucro e o estrangulamento dos lucros pela elevação do salário. (BRESSER-PEREIRA, 1986, p. 208).

Quando tratamos das compreensões de Keynes acerca do tema dos ciclos econômicos, o mesmo trata em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, através dos seus cálculos econômicos, as propostas alternativas à política liberal não intervencionista, buscando retirar a economia da recessão instaurada em 1929, portanto as suas prescrições tratam justamente na maior intervenção do Estado através do gasto público para melhorar o padrão de vida da sociedade coletiva.

Portanto, quando há uma situação de incerteza (como em momento de crise) perante a economia, a teoria de Keynes afirma que há uma tendência natural dos indivíduos em reter moeda e postergar os seus gastos, sejam elas de consumo ou de investimento, portanto traz que, no momento que há tamanha incerteza, o gasto do governo se faz bem-vindo através do efeito multiplicador do investimento, onde o próprio Keynes (1996, p. 134) explicita que: “[...] quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a ‘k’ vezes o acréscimo do investimento.”

Outra perspectiva veementemente relevante a respeito do ciclo econômico parte dos intelectuais Reginaldo Souza Santos e Fábio Guedes Gomes, onde tratam em seus ensaios a contemplação do advento do ciclo como um “fenômeno” inconsistente com natureza da economia e atribui a responsabilidade do movimento cíclico à competência da administração.

É preciso que os macroeconometristas, que conduzem a política brasileira desde 1985, entendam que o ciclo econômico – expansão, desaceleração, depressão, expansão novamente – não é um movimento natural da economia. Se há ciclo econômico é porque o movimento dos negócios está sendo bem ou mal administrado. (SANTOS; GOMES, 2017, p. 14)

Congruentemente com essa perspectiva, Santos e Gomes (2017) mencionam também que a concepção não natural do ciclo incorre em uma responsabilidade direta das autoridades em gerenciar a continuidade da prosperidade e identificar os pontos de estrangulamentos potenciais, medindo constantemente os índices nas fases de expansão e desaceleração, corrigindo os equívocos e incentivando as boas práticas propelidas pelos agentes econômicos do país.

Dessa maneira, o autor também menciona que a concepção anticíclica Keynesiana de curto prazo deve ser abandonada para que haja a formação das políticas baseadas no Projeto de Nação e coordenadas com base nas necessidades correntes da sociedade coletiva e individual do país de maneira democrática. (SANTOS; GOMES, 2017, p. 55).

2.3 Compreensão acerca da crise 1929

Quando tratamos dos assuntos relacionados às crises do capital, o *crash* ou *crack* da bolsa em 1929 se caracteriza como um momento ensurdecido da fragilidade dos mercados financeiros e da economia, considerando-a de forma sistêmica, onde a cadeia de destruição proporcionada por esse “fenômeno” gerou um efeito global de refração que em sua maturação apenas evidenciou a frieza dos mercados financeiros, não demorando a atingir o conjunto real da economia de forma generalizada.

Com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 29 de outubro de 1929, a deflagração de uma sucessão de tremores nos mais diversos aspectos macroscópicos da economia mundial, apesar do fator imediato de recessão dos Estados Unidos, acometeu países que outrora tentavam se reestabelecer de uma violenta e devastadora guerra que não somente reduziu o

contingente populacional de países como a Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, Áustria-Hungria e Itália, impôs sanções, como o Tratado de Versalhes (1919), que muito infringiram os países integrantes da triplíce aliança, contudo o efeito é totalmente oposto quando se trata de países que não tiveram o seu *welfare* abalado e foram beneficiados diretamente do momento em questão - verificando esse direcionamento principalmente aos Estados Unidos da América, devido ao seu momento expansionista verificar-se justamente dessa data até os anos de 1924 (HOBSBAWM, 1994, p. 82).

Até o epicentro da crise, é possível perceber a escalada e os mecanismos utilizados pelos Estados Unidos para permanecer por meia década em pleno crescimento: capacidade de autossuficiência incomparável a qualquer outro país, alta valorização monetária e gigantescos fundos de liquidez permitiram tal crescimento nesse horizonte temporal. Contudo, esse movimento inadvertidamente comprometeu estruturalmente a economia do país e do mundo, levando a queda de mais de 90% dos empréstimos internacionais, ficando esses estagnados justamente pela característica autossuficiente da nação que nunca dependera extensivamente do comércio externo (HOBSBAWM, 1994, p. 75).

Juntamente com esses fatores, é possível também compreender o fator cumulativo agregado que os Estados Unidos tinha, pois não só a sua economia estava em crescimento protuberante, mas também o seu nível de investimentos estava em uma margem elevada, congregando com o que foi mencionado no parágrafo anterior, Keynes (1996) já mencionava os perigos que o país deveria enfrentar em um futuro próximo, concluindo assim em uma estagnação - vistas na acumulação de capital do país nos seus anos de expansão - que outrora era apenas num contexto internacional, vigorava-se agora em seu próprio território:

Nos Estados Unidos, por exemplo, ao chegar em 1929, a rápida expansão de capital nos cinco anos anteriores levou cumulativamente à constituição, com vista a um equipamento que não necessita ser renovado, de fundos de amortização e de margens de depreciação em tão grande escala que se tornava necessário um volume enorme de investimentos completamente novos apenas para absorver essas reservas financeiras. (KEYNES, 1996, p.121).

É possível compreender que os fatores marcantes da crise de 1929 já estavam basicamente previstos, sendo assim - dessa vez voltando para o ano da deflagração da crise - o *crash* ocorrido em outubro do mesmo ano viera acometida também de uma desvalorização dos preços de commodities devido à superprodução dentro dos países menos industrializados, sendo esses: Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Brasil (HOBSBAWM, 1994, p. 77).

Um dos acontecimentos mais característicos acarretando o nosso país segundo Hobsbawm (1994) foi a medida utilizada para a defesa do setor cafeicultor brasileiro na década de 30, levando em conta a falta de escoamento da produção brasileira de café - esses estocados nos armazéns paulistas devido a redução drástica da demanda perante a crise de 1929 - e assim visando a manutenção dos preços anteriores o governo intervém nos níveis de estoque da *commodity* no país decretando a queima de toneladas de sacas de café.

Mediante ao contexto turbulento que os Estados tinham nos seus países, era evidente a necessidade de minimização dos danos causados e realizar ações para a recuperação da economia - ou pelo menos o que havia sobrado dela - especialmente quando nos voltamos à situação dos EUA e da Alemanha.

Resguardando-se do continuum de desvalorização cambial de forma generalizada, múltiplas nações voltaram-se a utilização do padrão-ouro como forma de assegurar relativo valor cambial da sua moeda e dos seus produtos exportados, buscando deflacionar ao máximo

o seu câmbio por meio deste mecanismo, caso que foi visto fortemente entre o Japão e com os países neutros no “entreguerras” (HOBSBAWM, 1994, p. 76), mas não só eles, as potências européias juntamente com os Estados Unidos utilizaram vastamente dessa política para “estancar o sangramento” monetário proveniente do *crash*.

Os Estados Unidos retornaram ao padrão-ouro em 1919, a Alemanha em 1923, a Inglaterra em 1925, e a França, de fato, em 1926. Quando da eclosão da turbulência de 1929, Hoover em nenhum momento cogitou abandonar o padrão-ouro. Brüning (que comandou o gabinete alemão a partir de março de 1930) procurou combater a recessão com deflação. A França, desde o *Franc Poincaré*, cultivou sua devoção ao ouro até setembro de 1936 e, da mesma forma, insistiu na tentativa vã de impor a deflação como remédio para a depressão. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 59-60)

Juntamente com as medidas deflacionárias, os EUA começou concomitantemente uma série de ações protecionistas sob o comando do presidente Herbert Hoover, impactando de forma veemente os produtos importados ao país, sendo uma dessas medidas o *Smoot-Hawley* que incidiu tarifas alfandegárias em mais de 20 mil itens não perecíveis de origem internacional em níveis elevadíssimos, chegando até 45% incidido sobre o valor do produto, uma camada de proteção cujo qual não tinha sido vista desde os anos de 1833 (MAZZUCHELLI, 2008, p. 61).

Vislumbrando uma eminente desestruturação do comércio internacional – isso a partir da queda em mais de 60% do comércio mundial entre os anos de 1929-32 (HOBSBAWM, 1994, p. 80) – os países começaram a estruturar planos semelhantes aos dos Estados Unidos: protecionismo, imposição de embargos internacionais sobre produtos importados, juntamente com medidas ainda mais fortes em relação à deflação monetária. Tais políticas econômico-administrativas culminaram em uma estagnação viciosa, estancando as trocas multilaterais entre os países e levando a desestabilização do sistema liberal introduzido aos países majoritários em anos anteriores.

Após a saída indigesta do presidente Herbert Hoover, Almeida (2009) menciona que Franklin D. Roosevelt assume o poder dos EUA com a premissa principal de sua campanha erradicar a crise, elevar o nível geral de empregos no país e reorganizar a economia em um nível semelhante aos anos anteriores de expansão. Assim, nos primeiros 100 dias de governo, Roosevelt instaurou a série de políticas que posteriormente ficou conhecida como *New Deal*, impondo um conjunto de leis e agências visando dar suporte aos setores mais afetados pela crise, como o setor agricultor, a problemática do desemprego estagnante e o resgate bancário, medidas essas que serão trabalhadas à *posteriori*.

À visão do conjunto de medidas provenientes do governo Roosevelt, a necessidade de um arranjo da economia, agora não apenas em território nacional e sim em escala global, estava à vista, pois considerando a desestabilidade dos últimos anos e as políticas de próprio interesse instituídas nas nações ainda se sobressaírem nas pautas governistas, o interesse de manter o *establishment* ficava em cheque, assim, em 1944, 44 países se reuniram na conferência de Bretton-Woods buscando um interesse em comum: reestruturar o capitalismo, configurando-o em um novo aparato de regras que fosse capaz de regular a política econômica global (BARRETO, 2009).

Para que esse objetivo fosse atingido, Barreto (2009) explicita que dois aspectos foram decididos como de suma importância: estabilidade monetária - onde foi decidido aos demais países que a sua taxa de câmbio deveria ser relativa ao dólar - e a institucionalização multilateral para a regulação monetária internacional, esse proposto por Dexter White e Keynes. Entretanto, as suas ideias que partiam de uma estrutura regulatória da liquidez, do ajuste da balança de pagamentos e da estabilidade monetária foram enfraquecidas pela convenção, reduzindo assim a sua internacionalização.

O enfraquecimento do Fundo, em relação às ideias originais, significou a entrega das funções de regulação de liquidez e de prestador de última instância ao Federal Reserve. O sistema monetário e de pagamentos que surgiu do Acordo de Bretton Woods foi menos “internacionalista” do que desejariam os que sonhavam com uma verdadeira “ordem econômica mundial”. (BELLUZZO, 1995, p. 13)

Apesar da diluída aprovação das regulamentações propostas dentro do Acordo de Bretton-Woods, a sua eficácia ainda foi presente nos anos que se seguiram, a retomada da economia ocorreu e o PIB americano cresceu, certa estabilidade foi instaurada e o que antes era apenas pessimismo e crise se transformou em o que foi chamado de “era dourada” do capitalismo, que infelizmente teve seus dias contados após as mudanças ideológicas da década de 70 (HOBSBAWM. 1994, p. 203).

2.4 Contextualização da crise estrutural atual

Considerando o contexto econômico atual, juntamente com o histórico convoluto do sistema financeiro, fica necessário abordar os entendimentos da crise atual de forma relativamente extensiva, sendo essa o lastro incorrido pela recessão de 2008 juntamente com a derrocada catastrófica forçada pela crise sanitária - e conseqüentemente econômica - do Novo Coronavírus, implicando assim em um novo lapso prematuro nas previsões de ciclo econômico, incorrendo em graves conseqüências aos membros da sociedade de forma sistematizada.

A recessão dos anos 2007-2008 não foi necessariamente acarretada nessa exata época, muito se afirma que há uma relação direta com a política econômica praticada nos anos 70 e 80 – mesmos anos da insurreição do liberalismo em uma série de países – com esse momento recente, gerado justamente pela flexibilização e desregulação dos mercados financeiros à vista da comum ideologia liberal da auto-regulação da economia culminando assim em uma exacerbação apoteótica do sistema financeiro onde o único parâmetro de comparação seria o *crash* de 1929.

Após a integração de uma política com a sua vertente voltada a erradicar a crise, o *new deal* - que enfrentou atrito durante sua implementação nos anos 30 - proporcionou considerável avanço para uma melhor implementação da participação do Estado na economia servindo-o como precursor da convenção de Bretton-Woods onde Harry Dexter White (representando os EUA) e John Maynard Keynes (representando a Inglaterra) promoveram a idealização do FMI juntamente com o sistema de paridades cambiais fixas em relação ao padrão dólar-ouro no início de 1940 (HERBST; DUARTE, 2013, p. 19).

Os anos de 1940-70 ficaram conhecidos como a “era de ouro” do capitalismo, onde a institucionalização de entidades financeiras governamentais promoveu forte crescimento econômico e câmbio estável que permeou por aproximadamente 30 anos, chegando em 1971 de forma fragilizada.

Enquanto a Era de Ouro caracterizava-se por mercados financeiros regulados, estabilidade financeira, altas taxas de crescimento econômico e redução da desigualdade, o oposto ocorreu nos anos neoliberais: as taxas de crescimento caíram, a estabilidade diminuiu e a desigualdade aumentou, privilegiando principalmente os 2 por cento mais ricos das nações. (BRESSER-PEREIRA, 2010, *apud* HERBST; DUARTE, 2013, p. 19. Tradução nossa).

Entretanto, é de suma importância considerar os acontecimentos da época em um constructo com as políticas indexadas na “era de ouro”, sendo o principal evento histórico em mesmo horizonte temporal a Segunda Guerra Mundial (1939-45) que novamente ocorreu em território europeu, poupando os Estados Unidos de uma devastação do seu *welfare*, onde

países como França e Alemanha não tiveram a mesma “sorte” que os EUA. (HOBSBAWM, 1994)

Não bastando apenas a auto-preservação que o país teve, o seu papel como um verdadeiro arsenal para os companheiros de guerra proporcionou um crescimento acentuado no início dos anos 40, convalidando assim uma taxa de crescimento elevada (HOBSBAWM, 1994, p. 45), propulsionando múltiplos setores da economia interna no processo. A produção em massa dos Estados Unidos em consonância com o processo de literal destruição de capital ocorrido na zona do Euro estabeleceu a predominância do país durante o século XX.

Após reconhecer esse aspecto importante na linha do tempo, tornemo-nos à década de 70, pois como mencionado anteriormente, ocorreu uma forte desestabilização das regulações estabelecidas previamente no acordo de Bretton Woods, iniciando-se em 1971 com o presidente Richard Nixon suspendendo a conversibilidade do dólar-ouro a uma taxa fixa e em 1973, o sistema de paridades antes proposto no acordo fora substituído por um sistema de flutuações sujas (BELLUZZO, 1995, p. 14) muito mais suscetíveis à vontade americana do equilíbrio geral não só da sua balança comercial, mas também da balança de pagamentos, essa que tornou-se cada vez mais insustentável devido a expansão e reconstrução da indústria de países, que outrora destruídos pelo advento da Segunda Guerra, voltaram a ter expressividade internacional.

[...] os Estados Unidos e sua economia começaram a sentir os efeitos da ascensão dos parceiros/competidores. Japão e Alemanha, por exemplo, reconstruíram sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis à mudanças tecnológica e organizacional e os novos industrializados da periferia [do capitalismo] ganharam maior espaço no volume crescente do comércio mundial. Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos anos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. (BELLUZZO, 1995, p. 14).

Com o sistema supranacional de financiamento comprometido pela “flexibilidade” liberal, o sistema financeiro começou a sentir as consequências das medidas tomadas a partir da pressão interna dos EUA, dando espaço para o processo de financeirização ocorrer entre os bancos privados de investimentos que tomaram de assalto o aparato especulativo, transformando-o em um “cassino” privado de ações, desconexo com o lado real da economia (HERBST; DUARTE, 2013, p. 20).

Juntamente com a desregulamentação, em 1979, houve a medida unilateral dos EUA, que ameaçado pelas pressões externas crescentes pelo seu declínio de hegemonia internacional, decretou uma íngreme elevação da taxa de juros com intenção principal de manter elevadas reservas monetárias da sua moeda nacional, portanto ao irromper com o acordo de paridade dólar-ouro e abruptamente elevar as taxas, os Estados Unidos finalmente dá o seu golpe de misericórdia no arranjo proposto em Bretton Woods e finaliza de fato o ciclo da “era dourada”, Belluzzo (1995, p. 15) afirma que: “Se alguém desejasse marcar uma data para a derrocada final da arquitetura de Bretton Woods teria alguma chance de acertar, escolhendo outubro de 1979”.

Apesar dos consideráveis regressos acontecidos em 1970, esses seriam apenas a “ponta do *iceberg*” das desregulações dos sistemas aprovados em Bretton Woods. Agora chegando à década de 80, uma série de países começava a introduzir presidentes com estandarte extremamente mancomunado com o credo neoliberal, os Estados Unidos elege o presidente Ronald Reagan, a Inglaterra leva a infame Margaret Thatcher ao poder, a Alemanha traz Helmut Kohl, incrementando assim uma mudança em aspecto global do modelo econômico outrora intervencionista. (SANTOS *et al.*, 2021, p. 469).

Continuando com o processo de desestruturação, Herbst e Duarte (2013) mencionam que em 1999 a Lei Glass-Steagall (que realizava a segregação de bancos comerciais e os de

inversão), introduzida em 1933 com objetivo de compelir o efeito em cascata no setor financeiro antes visto na crise de 29, foi revogada dando assim espaço para as fusões e incorporações massivas de instituições privadas de financiamento, que invariavelmente culminou na cartelização do crédito e na formação de oligopólios – levando ao conceito hoje conhecido como *too big to fail* (“grande demais para falir”).

No mesmo ano, houve mais um ato dismantelador, dessa vez concedendo liberdade aos bancos de alta expressividade para atuarem em diferentes produtos financeiros como seguros, hipotecas e administração de ativos de alto risco, fomentando ainda mais a repartição do mercado financeiro em grandes fatias a um número ínfimo de instituições.

A aprovação do *Gramm-Leach Bliley Financial Modernization Act* (1999) consolidou a expansão dos grandes bancos para as atividades típicas de bancos de investimento (negociação de *securities*), administração de ativos e operação no mercado de seguros mediante a formação de uma *holding* financeira (*financial holding companies*), consolidando os chamados *financial supermarkets* (“supermercados de serviços financeiros”).” (MAZZUCHELLI, 2008, p. 61)

Com o sistema creditício comprometido e contaminado com as libertinagens proporcionadas ao longo do dismantelamento de Bretton-Woods, é possível começar a delinear os possíveis pontos de gargalo que a economia – especialmente a dos EUA – poderia enfrentar. Um deles, e o mais expressivo, foi no setor imobiliário americano, esse altamente indexado ao setor bancário e, por conseguinte, ao setor de créditos habitacionais (CECHIN; MONTOYA, 2017, p. 153).

A partir dos anos de 2000 ocorreu uma drástica redução nas taxas de juros americana (nos anos 2000-2003 de 7% para 3,5%), isso em conjunto com a expansão creditícia no setor imobiliário, esse visível também em contexto internacional. A escalada desse setor implicou em uma implosão das instituições de crédito, pois em aspecto, essa expansão gerou um grande crescimento no mercado hipotecário, mas em outro momento, uma escalada gigantesca da securitização dos créditos *subprimes* (hipotecas de risco elevado). (CECHIN; MONTOYA, 2017, p. 157).

Entretanto, Cechin e Montoya (2017) explicam que essa ignição das aquisições de hipotecas atraiu diferentes instituições financeiras, que por consequência dos mercados, começaram a competir entre si para a obtenção de novos clientes, assim levando as mesmas a utilizarem diferentes tipos de contratos para atrair novos tomadores de risco com maior obtenção de retorno, entre elas houveram as hipotecas híbridas, que de início tinham taxas pré-fixadas e posteriormente o seu contrato as transformavam em pós-fixados.

Esses contratos convolutos foram introduzidos às agências de investimento e acoplados em uma cesta de ativos financeiros, chamados de CDOs (*Collateralized Debt Obligation*), considerando o relativo risco desses pacotes de ativos, as empresas de avaliação (*rating*) as separava com base no seu grau de solvência e lhes atribuíam uma nota (*credit score*). (CECHIN; MONTOYA, 2017, p. 157-158).

A convulsão do mercado imobiliário dos Estados Unidos começou a se intensificar a partir do momento em que os preços dos imóveis declinaram e o setor apresentou sinais de desaquecimento. Com essa redução generalizada, as inadimplências dos devedores de alto risco aumentaram, essa desencadeada pela irresponsabilidade e plutomania das agências de *rating* em avaliar os CDOs com notas altas (*triple A* ou *AAA*) incompatíveis com a realidade dos ativos.

As agências de rating foram as responsáveis por promover uma falsa imagem dos CDOs, atribuindo-lhes notas altas (baixo risco) quando não deveriam fazê-lo. As classificações *AAA* concedidas pelas agências a muitos títulos acabariam se mostrando altamente tóxicos. A principal motivação para que agissem desta forma

foi o fato de que seu lucro dependia de seus relatórios de avaliações: quanto mais notas AAA atribuísem, maiores seriam os seus ganhos trimestrais. (HERBST; DUARTE, 2013, p. 27)

Com a base de devedores muitíssimo comprometida pelas incorporações de créditos de risco elevados e precipitadamente ranqueados pelas empresas de *rating*, Gontijo (2008, p. 24) menciona que as instituições começaram a sucumbir com o excesso de inadimplência do setor – esse ainda mais agravado pela exigência de novos pagamentos para suprir a redução do nível de preço da dívida hipotecária - levando a um grave acúmulo de residências sem nenhuma previsão de ocupação ou aquisição em um futuro plausível.

Em congruência com Gontijo (2008, p. 24), estima-se que em 2008 haviam mais de 4 milhões de casas não vendidas, incluindo 2,9 milhões de residências sem ocupação: “Em janeiro de 2008, existiam quase quatro milhões de residências não vendidas, incluindo quase 2,9 milhões de unidades desocupadas. Esse excesso de oferta de imóveis pressionou os preços para baixo, aumentando a inadimplência entre os mutuários”. Por conseguinte, as leis da economia se aplicaram e com o aumento da oferta de casas o preço despencou e a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras dos devedores foi reduzida drasticamente, culminando na reversão cíclica de 2008.

Apesar das consecutivas desregulações ocorridas nas décadas anteriores às dos anos 2000, o FED tomou uma postura intervencionista no setor financeiro visando apaziguar a crise, como cita Carcanholo *et al.* (2008, p. 1), impondo consecutivas reduções da taxa de juros desde o final de 2007 e concedendo altas somas de crédito às instituições financeiras, pois com a incapacidade de sanar as próprias dívidas, a crise que outrora era delimitada pela inadimplência logo tornou-se em uma crise de liquidez simplesmente pela falta de pagamentos sobre as hipotecas em declínio e a incapacidade de cumprimento dos contratos estabelecidos durante a ascensão do setor imobiliário.

Com as implicações citadas anteriormente acerca da criação de grandes aglomerados, da cartelização e da oligopolização do setor financeiro, é possível perceber que apesar do número de instituições socorridas pelo FED não ser amplo, a quantidade de liquidez injetada é muito significativa, Cintra e Cagnin (2007, p. 322) mencionam que o Tesouro e o FED chegaram a injetar cerca de 75 bilhões de dólares para o *Citigroup*, o *Bank of America* e *JPMorgan/Chase* com a intenção da criação do fundo *Master Liquidity Enhancement Conduit* (alternativamente conhecido como *SuperSiv*), com o intuito de adquirir MBSs (contratos garantidos por hipotecas, ou *mortgage backed securities*) tóxicos das organizações mencionadas.

Apesar das iniciativas em função do resgate das instituições do setor imobiliário, o receio governamental em fomentar a economia com estímulos em mais setores provocou uma apatia com relação ao banco de investimentos *Lehman Brothers*, que declarou falência em 2008, causando uma necessidade de mudança de postura por parte do FED para reorganizar a crise que intensificava a cada momento, sendo assim no instante em que a AIG (uma das maiores seguradoras dos EUA) pediu socorro financeiro, o *Federal Reserve* não mediu esforços para conceder a ajuda de US\$ 85 bilhões solicitados pela instituição justamente para evitar o colapso iminente caso não houvesse resposta, como elucida Borça Júnior e Torres Filho (2008, p. 132): “[...] à falência do *Lehman Brothers*, o governo americano mudou sua postura. A maior companhia de seguros dos EUA – a *American International Group (AIG)* – recorreu a um empréstimo do FED no valor de US\$ 85 bilhões em função de suas necessidades de liquidez.”

Com o efeito em cascata postergado pela incalculável soma de liquidez introduzida aos bancos e seguradoras, incitou a necessidade de mover ainda mais a fundo a intervenção estatal de curto prazo e assim assegurar pelo menos relativa seguridade do mercado financeiro, objetivo que estava constantemente na pauta do Tesouro Nacional. Para tanto, no

final de 2008 cerca de US\$ 700 bilhões foram alocados em um pacote de incentivos à economia - o TARP (*Trouble Assets Relief Program*) - justamente para a aquisição de ativos imobiliários que não possuíam liquidez, retirando assim os “ativos podres” do balanço das instituições financeiras como o *Goldman Sachs* e o *Morgan Stanley*, de certa forma realizando aportes e garantindo margem a elas ao mesmo tempo. (CECHIN; MONTOYA, 2017)

Em congruência com o movimento do Tesouro, o FED acionou em conjunto mais uma medida visando se comprometer com a sua função de *lender of last resort* (credor de última instância) criando uma linha de crédito que visava a compra direta de *commercial papers* das empresas americanas, com o intuito simples de manter a continuidade das operações de capital de giro juntamente com a linha de crédito que visava segurar os financiadores do mercado monetário americano, fundos que ficaram conhecidos como *Money Markets Funds* como comenta Borça Júnior e Torres Filho (2009, p. 154).

Considerando a dimensão que a crise dos *subprimes* malogrou sobre o mercado financeiro e na economia de forma generalizada, juntamente com a suposta “incisividade” do governo americano no fomento do setor, é possível compreender que esse tipo de movimento intervencionista poderia se prolongar devido a profundidade do problema se apresentar de forma estrutural.

É provável, entretanto, que o mercado imobiliário de hoje seja a agricultura de ontem: a dimensão da crise dos ativos relacionados às hipotecas de alto risco (subprime) ainda não é mensurável. É o próprio secretário do Tesouro americano quem afirma: ‘O problema real é que os bancos de todo o mundo fizeram empréstimos arriscados. [...] A coisa mais espantosa é a dimensão do problema’. A cadeia de ativos “tóxicos” associados à especulação com imóveis ainda não foi desmontada, e é possível que o socorro da intervenção pública se torne aí tão intenso e prolongado quanto o foi para retirar a agricultura da vala da depressão nos anos 1930. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 65).

Ainda a se recuperar de um maiúsculo tropeço da economia não só americana, mas também mundial, as nações tiveram de enfrentar a crise generalizada do Novo Coronavírus, essa que não demorou muito a atingir de forma intermitente o mundo inteiro de maneira pandêmica não apenas no aspecto epidemiológico, mas no grau econômico também.

Em 7 de Janeiro de 2020, o primeiro caso de SARS-COV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave 2) foi detectado na cidade de Wuhan, China. Após a sua disseminação no mundo, estima-se que no final de 2020 houveram globalmente mais de 1.829.126 mortes confirmadas pelo vírus, que segundo Viscusi (2021) ocasionaram em uma perda de capital humano de 10.1 trilhões de dólares.

A dimensão econômica da pandemia implicou em uma sequência de ações necessárias para a mitigação da disseminação do vírus, Boettke e Powell (2021) mencionam que tais medidas levaram a restrições que inevitavelmente culminaram em uma retração da economia, causando abalos fortíssimos nos índices macroeconômicos. Ao chegar no fim do segundo trimestre do ano de 2020 foi estimada uma contração de cerca 31,4% da economia da americana juntamente com um alcance de 14,7 % no índice de desemprego do país no mesmo ano, apesar desse movimento o PIB americano conseguiu obter fôlego em 2021 (FMI, 2021).

No Brasil, segundo o FMI (2021), o primeiro caso da doença foi relatado em 26 de fevereiro de 2020, a partir dessa data estima-se que cerca de 18,5 milhões de habitantes foram infectados, o IPEADATA (2022) menciona uma queda acentuada do PIB brasileiro de 1,9 trilhões para 1,7 trilhões no primeiro semestre de 2020, os índices brasileiros também indicam uma grande variação na desocupação, marcando uma taxa de 10,9 % em dezembro de 2019 e atingindo o nível de 14,8% em setembro de 2020 (IPEADATA, 2022).

Considerando a desestabilização preconizada pelo rol ideário do liberalismo – como foi visto em parágrafos anteriores – ainda é possível visualizar uma significativa herança

desse modelo econômico na política administrativa recente, a redução do papel do Estado na economia para uma maior influência do próprio mercado causou mudanças severas, sendo as mais notórias as transformações institucionais, organizacionais e administrativas impostas pelo contexto atual do Estado. (SANTOS *et al.*, 2021, p. 472).

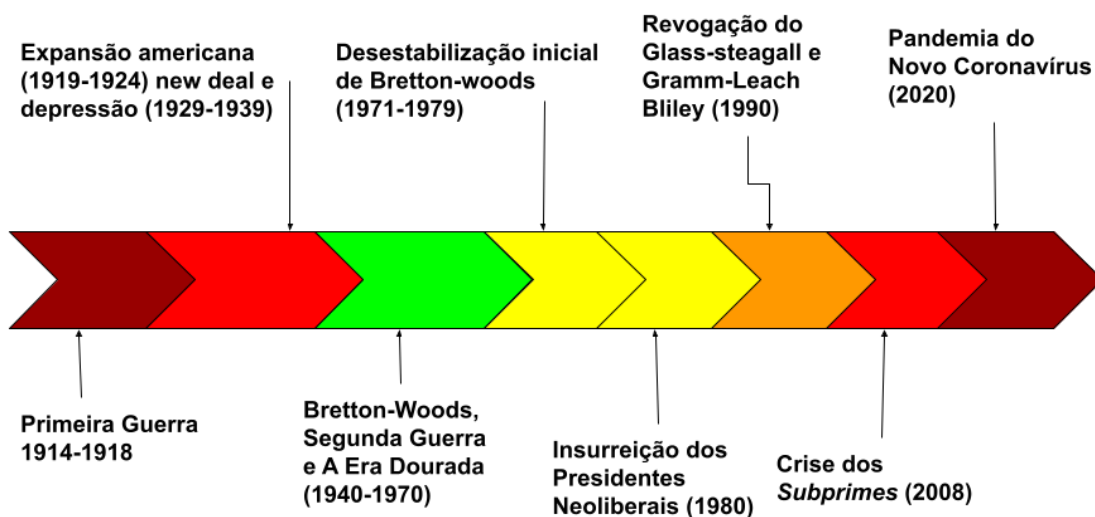
As implicações do histórico não tão recente da política administrativa da década de 70-80 prescrevem uma corrente ascendente de políticos neoliberais ao longo do tempo, menciona SANTOS *et al.*, (2021, p. 473) que é possível perceber uma perpetuação da agenda neoliberal nas Américas do Sul e do Norte até os períodos atuais, visto o cerne da política ideológica mencionada - isto é, baixa intervenção estatal, economia de mercado, financeirização da economia, e entre outros fatores característicos do modelo liberalista - o enfraquecimento da posição do Estado acaba por incapacitar a antecipação de situações contingenciais, que porventura acometessem o âmbito econômico, como menciona Harvey (2020, p. 17):

Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa tinham deixado o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública deste tipo, apesar dos riscos anteriores da SARS e do Ebola terem fornecido abundantes avisos, bem como lições convincentes sobre o que seria necessário fazer.

Finalizando a compreensão geral entre os períodos mencionados até o momento, é elaborado um linha do tempo, contemplando o horizonte temporal trabalhado e compreendido por esta obra, sendo esse datado da Primeira Guerra Mundial (1914-18) até o período visado da crise recente, sendo esses a crise dos *Subprimes* e do Novo Coronavírus (Imagem 02).

Imagem 02 - Linha do tempo relacionando o período de 1914 a 2020 mencionando os acontecimentos relevantes dos momentos estudados.

Linha do Tempo das crises estudadas (1914-2020)



Fonte: O autor (2022).

Após apresentarmos esse histórico, trataremos a análise das políticas implementadas nos períodos mencionados, buscando um viés mais detalhado e global das crises, trazendo os paradigmas e complexidades da época em detrimento das políticas ministradas nos determinados períodos mencionados, visando analisar o posicionamento administrativo-político dos momentos em questão.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem objetivo exploratório onde Gil (2008) explica que esse tipo de pesquisa tem por intuito desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros. Gil (2008, p. 27) também menciona que “Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.”.

Em relação a natureza presente nesta obra, pode ser identificado como qualitativo, devido a não utilização de métodos estatísticos para o processamento dos dados obtidos na pesquisa (OLIVEIRA, 2011, p. 25-26) e pela utilização prioritária de fontes secundárias.

Em vertente da técnica utilizada, foi utilizada a pesquisa bibliográfica descrita por Lakatos e Marconi (2003) como o tipo de pesquisa que utiliza fontes de dados secundários anteriormente tornados públicos acerca do tema abordado. Para a constituição deste artigo, os tipos de arquivos bibliográficos utilizados foram livros, revistas, periódicos, artigos, trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos e publicações de entidades em meio eletrônico. A busca se iniciou em coleção própria, entretanto após se esgotarem os recursos para aquisição de fontes bibliográficas, tornou-se a utilização da *internet* para a obtenção das fontes de pesquisa mencionadas.

Em detrimento da análise de dados, foi escolhida a análise de conteúdo como método analítico adequado, segundo Trivinõs (1987, p. 58), “A Análise de Conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa [...]”. Sendo assim, Oliveira (2011) menciona que a análise de conteúdo visa trazer à luz o que está em segundo plano no tema estudado, trazendo outros significados do escopo comunicado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Análise do posicionamento político-administrativo em 1929

Em se tratando dos posicionamentos característicos dos anos 20-30, a visível consistência com a baixa intervenção durante o governo de Herbert Hoover em períodos pré-crise - esses, como mostrados anteriormente, de alta prosperidade - legitimava a manutenção da ideologia liberal do *laissez-faire*, economia de mercado e padrão-ouro (ALMEIDA, 2009, p. 15), especialmente dada a sua posição quase negacionista acerca da crise pela qual iria enfrentar.

Hoover ao ver os níveis de preços das commodities se reduzir de forma gradativamente rápida tentou, após sua desilusão à vista do momento de derrocada da economia americana, remediar a crise através da redução da alíquota tributária sobre o imposto de renda, entretanto, como fala Almeida (2009), a sua efetividade foi mínima dada a redução incidir sobre um valor que já era minúsculo.

Ao perceber a ineficiência da medida, Almeida (2009) elucida que o presidente, propondo mínima intervenção estatal, promoveu reuniões dentro da Casa Branca com os líderes dos setores econômicos, como banqueiros, grandes industriais e empresários da construção civil. Levando semana após semana um novo integrante majoritário do sistema econômico, em seguida fotos eram tiradas para serem exibidas na imprensa americana com entrevistas de tonalidade otimista e com inferências positivas, tentando promulgar uma espécie de teatro perante à população e trazer novos investimentos aos setores através do otimismo, entretanto tal tentativa foi inócua considerando o momento, pois a redução drástica

dos preços já vigorava, removendo o luxo temporal por uma resposta advinda do composto social não-intervencionista.

Contemplando a situação nada favorável ao seu governo, Hoover implanta em 1930 a tarifa *Smoot-Hawley* - essa já sabida pois fora mencionada anteriormente - apesar da falta de intenção de ativamente utilizar-se do aparato estatal para ajustar a economia, o presidente a trouxe devido a pressão da sociedade americana vista a apatia do governo perante a desmoração dos setores da economia americana. Entretanto, essa medida não agregou nenhuma recuperação visível aos EUA, levando essa apenas a afetar os países que tinham alguma relação de troca com os Estados Unidos. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 61).

O governo Hoover após ser pressionado, começou a ceder exceções para a intervenção, visando a demanda da sociedade pela mobilização de medidas que fossem capazes de reativar a economia, foi assinado em 21 de julho de 1932 o *Emergency Relief Construction Act* que findou-se no *Reconstruction Finance Corporation*. (ALMEIDA, 2009, p. 23).

Dito isso, muito se critica o posicionamento do presidente devido a sua devoção ao modelo liberal clássico, onde acreditava veementemente que a economia de mercado se regularia automaticamente. A perspectiva que se tem é que houveram de fato medidas para a minimização dos efeitos da crise de 1929, entretanto essas não foram incisivas o suficiente para creditar alguma melhoria no aparato macroeconômico da época através das políticas econômicas (ALMEIDA, 2009, p. 25).

Com a saída de Hoover, Almeida (2009) explica que a entrada de Franklin D. Roosevelt trouxe uma perspectiva nova ao gabinete americano, essa antes totalmente atrelada à visão republicana liberal, agora voltada a tomar medidas efetivas contra a miséria e destruição da crise de 1929, sendo assim, Roosevelt tratou de implementar as suas medidas assim que assumiu o poder nos primeiros 100 dias de governo.

O posicionamento intervencionista de Roosevelt originou o *New Deal*, que foi contemplado pelo conjunto de políticas focadas em resgatar os setores atingidos pela recessão de 29, entretanto o conjunto de medidas proposto pelo presidente, como acredita Robertson (1967, p. 743 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 34), teve muito do seu sucesso graças a ascensão gerada através da injeção de liquidez e do financiamento do déficit dos setores da economia.

Visando atingir de forma generalizada a economia americana, Almeida (2009) menciona que o presidente trouxe a Lei de Emergência Bancária (*Emergency Bank Relief Act*) para trazer de volta os bancos que estavam em situação calamitosa e que não conseguiriam manter sua atividade, com a lei em vigor o presidente tinha autoridade de movimentar o ouro e outros tipos de trocas cambiais e de reabrir os bancos em condições favoráveis para reestabelecer os seus negócios.

Concomitantemente com a lei anterior, regulações mais aprofundadas foram introduzidas pelo presidente, visando controlar o setor financeiro de forma mais rígida, resolvendo de forma preventiva futuras quebras bancárias a despeito do que fora visto em 1929-30.

Se Roosevelt, empossado em março de 1933, alcançou um sucesso inegável em quebrar a espiral contracionista foi porque, desde o início, promoveu o saneamento do setor bancário e estabeleceu, na seqüência, as bases da regulamentação do sistema financeiro por meio de um conjunto de dispositivos legais criados entre 1933 e 1934 (*Glass-Steagall Act II*, *Federal Deposit Insurance Corporation*, *Securities Exchange Act* e *Federal Savings and Loan Insurance Corporation*). Além disso, o *Emergency Banking Act* de 9 de março de 1933 havia proibido a exportação de ouro e a *Thomas Amendment* de 19 de abril autorizara a flutuação do valor do dólar em relação ao ouro e, conseqüentemente, do dólar em relação às demais moedas. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 61-62).

Com o abandono do padrão-ouro, segundo Mazzucchelli (2008), os EUA tiveram uma progressiva queda na sua taxa de câmbio, apesar desse movimento de queda, ao irromper com o câmbio fixo a movimentação do crédito bancário poderia focar-se em expandir, nutrindo diferentes setores e estimulando a alta dos preços, tornando bem-vinda a inflação

Junto com o alívio do setor bancário, o CCC (*Civilian Conservation Corps*) foi estabelecido justamente para lidar com a massa de desempregados acometidos pela crise e conservar os recursos naturais do país, empregando cerca de 2,5 milhões de homens a cerca de 30 USD por trabalhador. (ALMEIDA, 2009, p. 27).

Apesar dos montantes monetários inseridos na economia, Roosevelt ainda pretendia manter a sua austeridade mantendo o orçamento público equilibrado (ALMEIDA, 2009). Mesmo com esse objetivo em pauta, o déficit do orçamento administrativo do governo chegou a atingir US\$4.5 milhões (ROBERTSON, 1967, p.743 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 35).

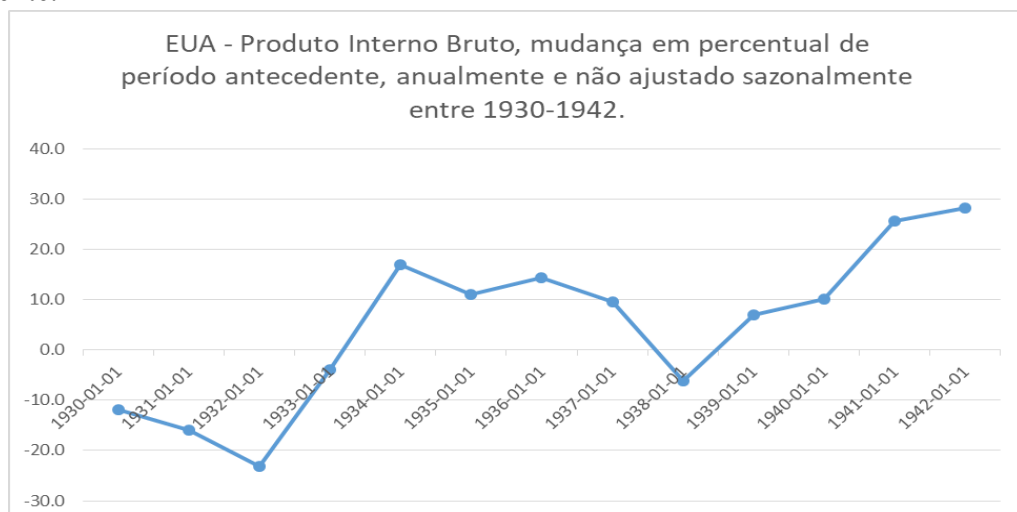
Com a breve recuperação da economia entre 1935-37, Almeida (2009) menciona que acreditou-se na recuperação definitiva da depressão americana, o que levou a transferir o foco dos objetivos de recuperação econômica para a pauta governista de Roosevelt em reduzir o déficit público, dessa maneira o governo passou a preocupar-se com o aumento da inflação no momento em que a recuperação da economia se fixou, cortando as despesas com assistência e obras públicas a fim de reduzir o gasto público.

Não demorou muito para perceber o erro cometido pelas autoridades administrativas, e o que era um retorno aparentemente sólido logo tornou-se visivelmente frágil a partir do momento que a política de Roosevelt apresentou-se inconsistente com a necessidade do momento, e a precipitada decisão de contrair a intervenção governamental apenas realçou a miopia da política administrativa americana.

Contudo, o esperado aumento não voltou. [...] porque as várias experiências para estimular a economia feitas pelo “New Deal” do presidente F. D. Roosevelt — às vezes de maneira inconsistente — não corresponderam exatamente à sua promessa econômica. Uma forte subida foi seguida, em 1937-8, por outro crash econômico, embora em escala mais modesta que após 1929. (HOBSBAWM, 1994, p. 85)

Com o movimento de Roosevelt para contrair a intervenção pública, é possível ver o retorno da depressão ao percebermos a derrocada do crescimento do PIB americano em detrimento do posicionamento limitador imposto pelo referido presidente no referente ao Gráfico 1.

Gráfico 1 - PIB dos Estados Unidos 1930 - 1942 em mudança percentual do período precedente.



Fonte: FRED St. Louis. (2022).

Apesar do soluço encontrado no meio da recuperação, o país não teve muitos problemas em colocar-se nos trilhos do crescimento novamente, dessa vez não através de políticas públicas fiscais ou monetárias, mas por meio da guerra que se aproximava, assim enquanto a Europa caminhava sob os detritos do conflito, os EUA nadava a braçadas no aquecimento da indústria, Hobsbawm (1994, p. 46) incita que “[...] as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. [...] sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca antes ou depois.”

No outro hemisfério estava o Brasil, como o principal exportador de café no mundo, aproveitando ao máximo das vantagens comparativas presentes no país para assegurar o semimonopólio dessa *commodity*, configurando-se como o produtor de 3/4 do total mundial, por outro lado, não havia nenhuma outra opção de alocação dos lucros a não ser reinvestir o capital angariado da exportação do café na produção de mais café (LACERDA *et al.*, 2010, p. 100).

Como a burguesia cafeeira do Brasil tinha considerável força dentro do país, o seu enfraquecimento significava retrocessos generalizados na renda do país, Lacerda *et al.* (2010) afirma que dois mecanismos foram implementados para que o setor não desacelerasse, o primeiro era o da deflação da moeda nacional para amenizar as perdas dos produtores de café e o segundo era a compra dos excedentes de produção, buscando preservar a renda dos exportadores ao mesmo tempo que mantinha parte do total produzido dentro do país.

Com a chegada da crise em 29, o país encontrou uma crescente da produção da commodity de mais de 100% entre os anos de 1925-29 chegando ao seu ponto máximo em 1933, com a quantidade de café não escoado devido a queda do mercado internacional e a impossibilidade de aquisição do excedente em detrimento da política cambial entre réis-ouro, os investidores estrangeiros foram forçados a retirar suas reservas de ouro do país, onde antes se tinham em setembro de 1919 cerca 31 milhões de libras em ouro, agora em 1930 nada tinha restado. (LACERDA *et al.*, 2010, p. 100-101).

Tentando conter o nível declinante do preço do café e sem recursos efetivos para o controle às custas da sociedade, isto é, quando a opção de desvalorização cambial falha e a alta dos preços das importações acontece sem aliviar o setor, o governo toma a sua emblemática decisão de queimar os estoques excedentes da produção de café.

Assim, o governo tomou a decisão de utilizar uma solução econômica lógica, embora aparentemente absurda: a diminuição da oferta de café pela queima dos excedentes, o equivalente a um terço da produção obtida entre 1931-1939. A compra desses excedentes foi financiada por impostos sobre a exportação de café e pela pura e simples expansão do crédito. (LACERDA *et al.*, 2010, p. 101-102)

Desse momento em diante, em vista da queda de 33% da renda nacional em função da “monocultura” brasileira, é perceptível uma nova relação entre a oferta interna e a demanda interna - essa que anteriormente era atendida através das importações - passam a nutrir-se mutuamente fortalecendo a economia nacional, juntamente com esse fato ocorre uma maior diversificação dos produtos agrícolas exportados (nesse caso o algodão que ganha forte expressividade frente aos investidores com o enfraquecimento do café) (LACERDA *et al.*, 2010, p. 102).

Com a nova dinâmica econômica encontrada no advento das guerras e da Grande Depressão, Lacerda *et al.* (2010) menciona que foi percebido por Celso Furtado o processo de substituição das importações (PSI) em virtude da queda das exportações gerado por tais fatores - choque adversos - incorrendo no desenvolvimento voltado para dentro. Entretanto, o mesmo autor menciona que tal análise é de certa forma simplista considerando a dependência dos países menos industrializados pela importação de bens de capital.

Em virtude dos acontecimentos, é possível demonstrar que as taxas médias de crescimento que o país teve durante 1920 - 1937 foram favoráveis, pois apesar da redução da venda de commodities no mercado internacional, o país ainda manteve crescimento entre o período, como mostra a Tabela 1 do IBGE, que apresenta a junção dos resultados dos autores Cláudio L.S. Haddad, Albert Fishlow e Annibal Villela e Suzigan Wilson em seu estudo histórico em relação ao crescimento anual do país.

Tabela 1 - Taxa Média de Crescimento Anual no Brasil entre os períodos 1920-29 e 1929-37.

Período	Taxa Média de Crescimento Anual		
	Haddad	Fishlow	Vil.Suz
1920/22 a 1929/31	4.5	3.4	3.2
1929/31 a 1937/39	5.3	4.9	5.0
1920/22 a 1937/39	4.9	4.1	4.1

Fonte: IBGE (1990).

Chegando no Estado Novo, a política brasileira tornou-se predominantemente intervencionista, onde teve por seu principal intuito a aplicação do projeto nacional que arcava ao Estado a função de indutor do desenvolvimento industrial nacional a exemplo dos países da industrialização tardia como Japão, Alemanha e Itália, que só puderam alcançar tal feito através da intervenção estatal, e mesmo com a crise cambial gerada pela escassez de divisas - essa reduzindo o nível de importações - ainda houve crescimento dentro país pela solidificação da indústria interna (LACERDA *et al.*, 2010, p. 105).

A movimentação bem sucedida do intervencionismo durante os anos 30 é também confirmada por Hobsbawm (1994, p. 85) quando menciona que: “O Japão e, em escala mais modesta, a Suécia alcançaram quase duas vezes o nível de produção pré-Depressão no fim da década de 1930, e em 1938 a economia alemã [...] estava 25% acima de 1929.”.

4.2. Análise do posicionamento político-administrativo na crise atual

Considerando o período de 2008, muito já foi abordado neste trabalho acerca do processo desregulatório por entre os anos 1970-80 com a ascensão da ideologia neoliberal e do desmantelamento de Bretton-Woods, onde os quais já foram apresentados e como desestabilizaram o sistema financeiro dando por consequência na crise dos *subprimes*.

Contudo, ao presenciar as crises em deflagração, Braga (2009) resume que o Estado e os entes públicos - isso em se tratando de Estados Unidos - já presumiam a possibilidade de recessão em pontos precisos de estrangulamento, sendo assim, o posicionamento era basicamente permitir e perpetuar a exuberância do capital dolarizado através da sua função de credor de última instância e dessa maneira contornar o “risco sistêmico” das inconsequentes ações do setor financeiro, deixando cair no “abismo” apenas aqueles que realmente exagerassem no “esquema de pirâmides”.

Com a desestruturação liberalizante das últimas três décadas, muito do que se tinha anteriormente como arsenal para combate de crises e de situações adversas presentes num caráter de depressão ou supervalorização (da dinâmica cíclica básica) fora resumido a ação de curto prazo dos bancos sobre a injeção de moeda e liquidez na economia e na alteração da taxa básica de juros.

Se o *Big Government*, num certo sentido, saiu de cena com as reformas liberalizantes, o contrário acontece com o *Big Bank*. Em todo o período que antecedeu a atual crise sistêmica, a partir de 2007, relativamente saíram de cena os dispêndios governamentais de caráter produtivo, de geração de infraestrutura, de

gasto fiscal anticíclico, antidesemprego. Mas os bancos centrais e instituições multilaterais sustentadas com dinheiro público estão permanentemente presentes para garantir a interminável valorização da riqueza privada. (BRAGA, 2009, p. 92).

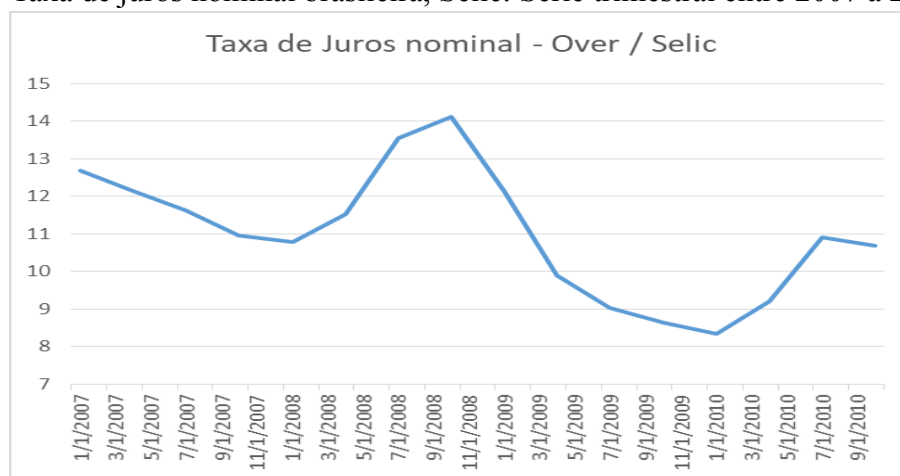
Tendo essa perspectiva em mente, as suas concretizações de fato ocorreram, onde deixaram os abusadores do sistema - um deles sendo o infame *Lehman Brothers* - à falência, mas ao ver a consequência desastrosa da pseudo economia de mercado, resolveram resgatar a AIG com a injeção de USD 85 bilhões. E de forma congruente com a visão de *Lender of last resort*, o Tesouro Americano confere USD 700 Bilhões para a compra dos ativos tóxicos, ambas nuances tratadas anteriormente. Conferindo assim às afirmações de Braga (2009) veracidade acerca da tenacidade dos EUA e seu compromisso em manter as instituições financeiras americanas de pé.

Enquanto isso no Brasil, houve a tomada de medidas anticíclicas a exemplo de outras nações que estavam enfrentando situação similar, sendo assim, o posicionamento do governo brasileiro foi basicamente um conjunto de ações keynesianas onde podem ser divididas, segundo Araujo e Gentil (2011), em: recuperação do nível de liquidez da economia; garantimento da solidez bancária, para reduzir o “risco sistêmico”; contenção da crise cambial e estímulo fiscal.

O primeiro rol de medidas advindas do governo foi a flexibilização das regras dos depósitos compulsórios à vista e a prazo, mesmo que inócuas em primeiro momento, foram eficientes também para fomentar a solidez bancária através das modificações posteriores, permitindo o uso de até 40% dos recursos provenientes do compulsório sobre depósitos a prazo para serem utilizados pelos bancos públicos - como o BB e a CAIXA - para aquisição de instituições financeiras menores e em situação adversa. (ARAUJO; GENTIL, 2011, p. 14). Em conjunto com essa medida, o mesmo autor afirma que houve também a redução da taxa de juros em janeiro de 2009 de 13,75% a.a. para 8,75% a.a. em julho do mesmo ano.

Entretanto, mesmo após a redução abrupta avistada entre os anos de 2009 e 2010, é perceptível a negligência - ou pelo menos uma notável letargia - em dar-se conta do despontar da crise perante o mundo no que tange a política monetária do país e o controle da taxa de juros, pois há uma forte alta da taxa no ápice da crise outrora anunciada no país do epicentro do sismo recessivo vivenciado, ilustrado na representação do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxa de juros nominal brasileira, Selic. Série trimestral entre 2007 a 2010.



Fonte: Ipeadata (2022).

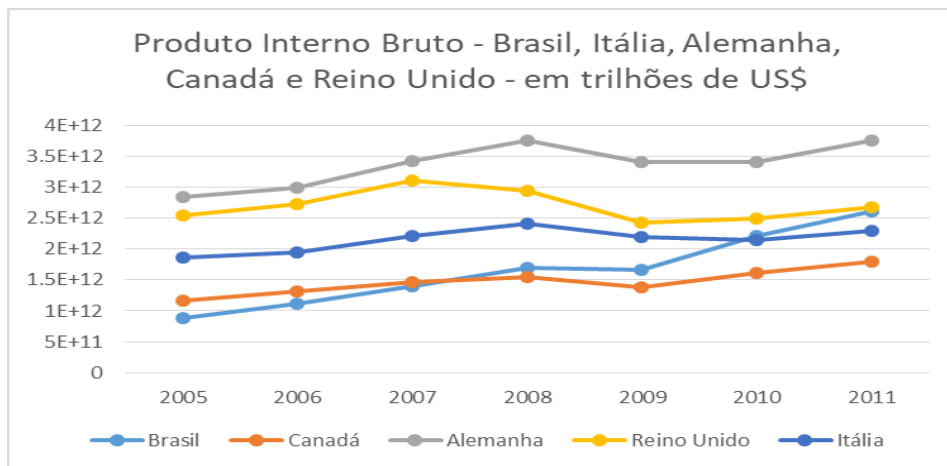
Tentando conter a defasagem cambial interpelada pelo movimento cíclico presente, Araujo e Gentil (2011) mencionam que o Banco Central organizou a venda de dólares no mercado à vista com compromisso de recompra, juntamente com a venda das reservas de

dólar, o governo brasileiro ativou as medidas fiscais de desoneração para os mais diversos âmbitos da economia, buscando manter o nível de consumo estável, assim desonerando o setor automotivo, em seguida os produtores de eletrodomésticos de linha branca e por fim o setor moveleiro.

Ainda com Araújo e Gentil (2011, p. 18) os autores mostram que houve também uma participação do investimento público significativa durante a crise, em detrimento do histórico exímio do investimento estatal, onde: “[...] é possível constatar que, no ano de 2009, ocorreu a maior taxa de investimento em relação ao PIB dos últimos 15 anos, quando esse índice alcançou 4,38% do PIB – considerando-se, nesse cálculo, as três esferas da federação e as empresas estatais federais.”.

Com as medidas repentinas implementadas durante o período recessivo mencionado, é possível ver um momento de crescimento da economia brasileira mesmo em uma ocasião adversa em detrimento das fortes decisões da política fiscal. Esse movimento de alta não foi visto em países da europa e da américa do norte, pois o que se estima é que o bom momento que o Brasil vinha tendo apenas foi perpetuado, enquanto as demais economias do mundo foram afetadas de forma sistêmica, tendo que lidar com o momento de forma remediativa, relação que é visível no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto, série de 2005 a 2011 entre Brasil, Alemanha, Reino Unido, Itália e Canadá.



Fonte: The World Bank Data (2022).

Em contrapartida com o que foi visto na crise de 1929, há uma vertente fortemente atinada com o movimento anticíclico de injeção de liquidez na economia, onde as medidas de curto prazo remediativas mostram-se como o principal instrumento de fomento a economia abalada pela crise estrutural financeira de 2008, agora alastrada pela crise sanitária do Novo Coronavírus, portanto ao nos depararmos com o Brasil no âmbito fiscal, segundo o FMI (2021), podem ser notadas medidas consideráveis para com o aumento do gasto público, a primeira foi a declaração de “estado de calamidade pública”, o que permitiu o não cumprimento da meta do saldo primário e do “teto de gastos”, sendo assim em 2020 foi percebido uma utilização das medidas fiscais em um nível de 12% do total do PIB do ano.

Na tangente das medidas tomadas no âmbito fiscal, incluem: expansão dos gastos com a saúde, apoio de renda temporário para as famílias vulneráveis, antecipação do 13º salário aos aposentados, ampliação do programa Bolsa Família com o acréscimo de mais 1 milhão de famílias ao programa, redução de impostos e taxas de importação sobre insumos médicos essenciais e recorrentes transferências do governo Federal ao Estadual para apoiar maiores gastos com a saúde (FMI, 2021).

No lado da política monetária, o governo brasileiro teve certo sucesso em reduzir a taxa de juros para abaixo de 4% a.a. no ano de 2020, entretanto, há uma crescente da taxa de juros brasileira após a mínima histórica de 1.5 % a.a., chegando 13% ao ano no primeiro semestre de 2022. Além da redução de juros, o FED providenciou cerca de 60 bilhões de US\$ para o Bacen por meio de um mecanismo de *swap* durante o ano de 2021 (FMI, 2021).

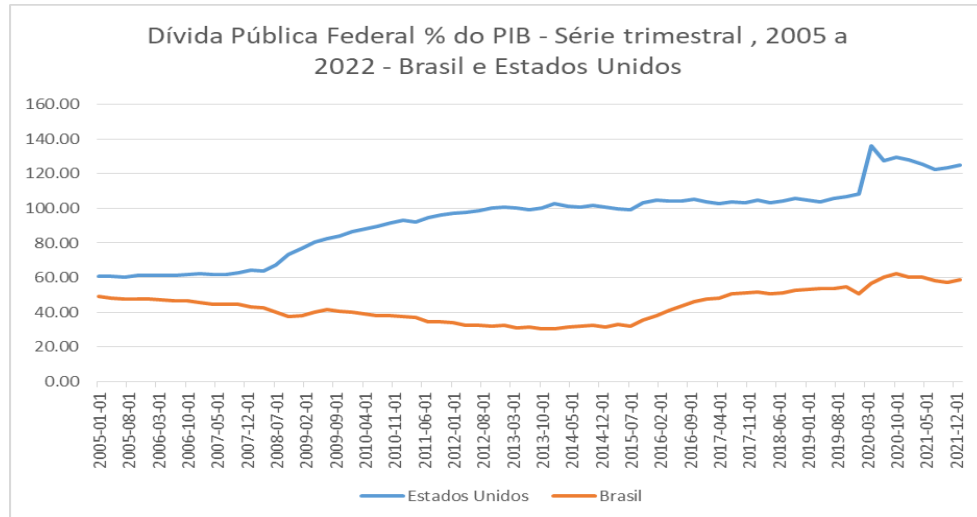
Em se tratando dos Estados Unidos em consonância com a crise estrutural despontada em 2008, a velocidade da implementação dos gastos públicos na economia americana foi notável para com a utilização da política fiscal, sendo essa aplicada de maneira imediata, incorrendo em uma elevação de 30% da dívida total dos Estados Unidos no período de pico da pandemia.

Ainda no quesito dos EUA, é possível ver que as políticas fiscais foram utilizadas vastamente para a contenção da COVID-19, onde, segundo o FMI (2021), podem ser identificadas como as seguintes: em 2021 foi sancionado o Plano de Resgate Americano, que introduz um auxílio ao combate do novo coronavírus com um custo estimado de 1.8 US\$ trilhões, visando atingir os desempregados, o aumento dos recursos alocados para a reabertura das escolas e ao financiamento adicional aos programas de vacinação; o Programa de Proteção de Salários e Lei de Aprimoramento de Cuidados de Saúde, totalizando 483 bilhões de US\$ repartidos para a *Small Business administration* que recebe 321 bilhões de US\$ para empréstimos e garantias adicionais para as empresas manterem seus funcionários, 62 US\$ bilhões para subsídios e empréstimos à pequenas empresas e 75 US\$ bilhões para hospitais e 25 US\$ para a expansão da testagem do vírus; e a Lei de Dotações Suplementares de Preparação e Resposta ao Coronavírus, essas duas totalizam pouco mais de US\$ 200 bilhões utilizados para o aumento na quantidade de testes, subsídios ao setor da saúde e as pequenas empresas.

Junto a essas medidas houve a implantação da lei CARES, ou *Coronavirus Aid Relief and Economic Security Act*, que providenciou ao setor da indústria médica e aos fabricantes de equipamentos cerca de US\$ 130 bilhões em financiamento, fora esse valor, o CARES autorizou mais US\$ 2.2 trilhões, (BOETTKE; POWELL, 2021, p. 8) totalizando um montante de cerca de US\$ 2.3 trilhões para a ampliação do seguro desemprego, fornecer descontos, providenciar transferências para os governos Estaduais, financiamento para evitar a falência corporativa, alocar recursos para uma rede alimentar para os cidadãos em situação vulnerável e para a alocação de recursos para o financiamento de empresas para a retenção de funcionários (FMI, 2021).

Com a introdução elevada de recursos para sanar o momento ímpar visto no advento da pandemia do Novo Coronavírus, é possível ver um aprofundamento da crise estrutural outrora vista nos anos 2000, configurando um aumento notável do aparato Estatal em nível global para conter o abalo das estruturas capitalistas fragilizadas durante o sismo de 2008 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Série histórica global da dívida federal em percentual do PIB, dando ênfase à comparação entre os períodos de 2008 e 2020.



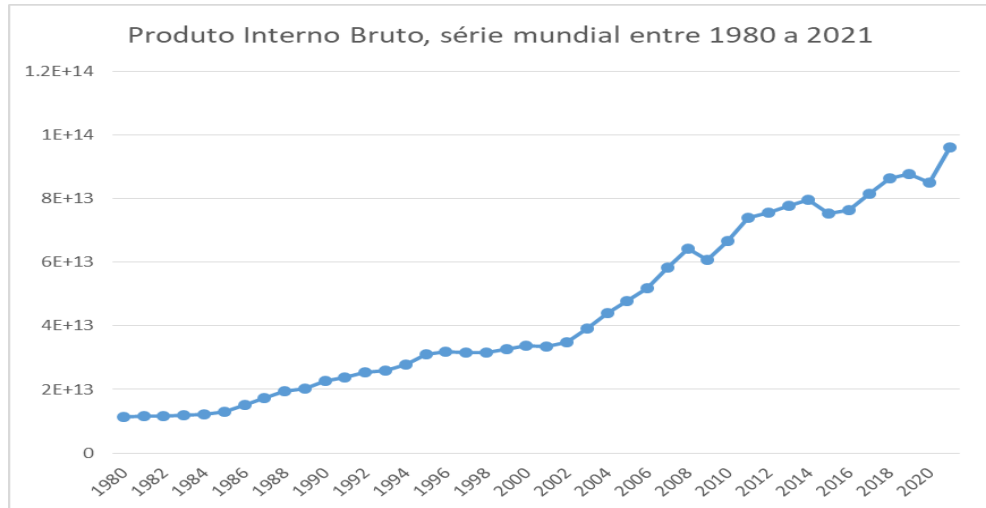
Fonte: FRED St. Louis (2022) e IPEADATA (2022).

Segundo o FMI (2021), no âmbito monetário os EUA reduziram a taxa de juros de 1.5 pontos percentuais para 0,25 pontos percentuais, diminuíram os custos das linhas *swap*, e trouxeram maior facilidade de crédito através do CARES *act* com maiores linhas de crédito, perdão de dívidas em financiamentos estudantis, e a indexação de um fundo de liquidez para assegurar salários e o funcionamento de pequenas empresas e linhas de crédito para pequenas empresas. Similarmente ao Brasil, os Estados Unidos retornaram a elevar a sua taxa de juros no ano de 2022 em detrimento da alta inflacionária presente no contexto atual pelas políticas administrativas presentes.

Ainda visando o contexto internacional da COVID-19, Santos *et al.* (2021) infere que as posições das medidas para a solução da pandemia foram de certa forma improvisadas, mesmo em países que têm bons sistemas de saúde - em exemplo a Itália, Inglaterra, Espanha e França - tiveram de enfrentar situações adversas com a crise sanitária em perspectiva. Em contraste com a preocupação geral em sanar a recessão apressada pela pandemia, alguns países demonstraram a antítese da ação do Estado, como é o caso dos Estados Unidos em 2020, onde o presidente Donald Trump tentou desestruturar o “Obama Care” criado justamente para integrar a parcela necessitada da população ao sistema sanitário altamente privatizado do país, incorrendo dessa maneira em uma falha administrativa pela ótica presente caminhando de forma oposta à necessidade democrática da população, dessa maneira os autores agregam a responsabilidade ao modelo liberal à ausência de posicionamentos convergentes e preventivos ao momento contingencial.

Apesar do momento e das medidas onerosas elevando os níveis de inflação, é possível ver efetividade nas iniciativas tomadas pelo âmbito estatal, configurando uma rápida recuperação do PIB, como apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Produto interno bruto em trilhões de dólares, total mundial entre 1980 e 2021.



Fonte: The World Bank Data (2022).

Tanto nas nações desenvolvidas quanto nos países emergentes é possível ver os efeitos positivos do aparato estatal no escopo restaurador da economia, apesar de que no âmbito das nações mais desenvolvidas há uma acentuada expansão do PIB em comparação com as nações emergentes em detrimento da acumulação de reservas de capital e da maior possibilidade de endividamento por parte dos países de maior poderio econômico. Em contato com o movimento presente, é possível perceber a dificuldade da administração política, no âmbito global, em manter o nível de crescimento estável e consolidado do PIB devido a herança reativa e instável do capitalismo neoliberal presente na última década.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou a análise comparativa entre a crise de 1929 e a crise recente de 2008 (*subprime*) juntamente com a recessão de 2020 (Novo Coronavírus) onde foram demonstradas as semelhanças, dissonâncias, tendências e movimentos da administração política indicando as medidas interpeladas pelos Estados para amenização dos momentos críticos apresentados, dando por certo enfoque aos Estados Unidos e Brasil, mas sem deixar de oferecer um panorama mundial acerca das medidas e posicionamentos tomados para o solucionamento das crises.

No que tange às afirmações iniciais do ciclo econômico e da inerência das causas recessivas à própria dinâmica econômica capitalista, essas foram comprovadas no momento em que se foram analisadas os períodos mencionados nesta obra, verificando assim que as próprias relações cíclicas foram causadas pelas exacerbações do mercado, em 1929 com o crescimento desenfreado causando a recessão, em 2008 com a crise imobiliária, como Braga (2009) menciona como a mais previamente anunciada, com o próprio mercado fomentando de forma irresponsável as hipotecas de alto risco causando a crise sistêmica, essa por sua vez incorrendo na fragilidade do aparato estatal exposto na derrocada do Novo Coronavírus onde falharam em prever e investir previamente em possíveis situações contingenciais levando ao colapso do sistema sanitário e da perda de capital humano quase incomensurável, culminando assim no aprofundamento da crise estrutural econômica recente.

Durante a análise, foi percebida a utilização da intervenção estatal em todos os períodos mencionados anteriormente, seja ela na crise de 1929, seja nas crises recentes dos *subprimes* de 2008 quanto no recente momento do Novo Coronavírus, mesmo que em todas elas a presença da política administrativo-econômica tenha sido essencialmente liberal/neoliberal, em todos os cenários críticos a intervenção estatal foi presente para

desafogar a economia da recessão cíclica *in loco*, entretanto a maioria delas foram em resposta à crise presente nos determinados períodos, demonstrando assim uma política administrativa remediativa, de curto prazo, dessa forma distante do que é proposto por Reginaldo Souza e Fábio Guedes a respeito do projeto de nação e do ciclo econômico.

Juntamente com essa perspectiva, também foi perceptível um aprofundamento das crises quando o Estado fica apático ao período recessivo do ciclo econômico, sendo essa relação presente em todos os períodos mencionados, tanto com Hoover em 1930, tanto em 2008 com a falta de resgate do *Lehman Brothers*, contudo foi percebido um movimento célere da administração política em atuar nos setores afetados com o aprofundamento da crise recente.

Foi identificado nesta obra também uma predominância das políticas fiscais em detrimento das políticas monetárias, especialmente no que se é percebido no parâmetro do gasto público, vista a tendência que vem se perdurando do histórico de crises até o ambiente atual, vislumbrando um aumento significativo da dívida pública, essa aumentando o nível de inflação, assim causando a redução da riqueza das famílias.

Em virtude dos conhecimentos trazidos à luz do texto apresentado, fica evidente a necessidade de agregações de soluções vistas ao histórico de recessão no ciclo econômico, portanto sugere-se as seguintes soluções visando novos movimentos cíclicos que venham a surgir: Criar reservas monetárias nacionais para situações contingenciais; Realizar análises anti reversão cíclica através do aparato estatal (como por exemplo, separar um setor específico do Ministério da Economia ou do IPEA para as identificações e projeções cíclicas); facilitar o acesso ao crédito em conformidade com períodos prolongados da expansão, visando rápido retorno dos níveis de investimento mesmo em momentos de crise; maior robustez do setor financeiro através das regulações, vistas as consequências causadas pelo desmonte em 2008 e assim evitando crises sistêmicas; E por fim a utilização da economia planificada, buscando fortalecer os setores básicos do agregado geral da economia, assim causando uma maior estabilidade nos pilares do aparato nacional.

Apesar de tamanhos esforços em busca de literatura para cobrir os eventos mais recentes abordados por esta obra, foi encontrada imensa dificuldade em trazer conteúdos gerais de um evento que não só está em acontecimento, mas que também não foi extensivamente estudado no âmbito político-econômico-administrativo, portanto foi encontrado um gargalo notório no desenvolvimento comparativo da análise recente, assim se aconselha que tema semelhante seja tratado, mas em momento futuro, onde o tema já tenha sido melhor trabalhado e sua maturação tenha se atingido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.C.G. **A Crise de 1929 nos EUA e o New Deal**. 2009. Monografia (Bacharel em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5138> Acesso em: 03 jun. 2022.
- ARAÚJO, V. L.; GENTIL, D.L. **Avanços, Recuos, Acertos E Erros: Uma Análise Da Resposta Da Política Econômica Brasileira À Crise Financeira Internacional**. IPEA. Rio de Janeiro, mar. 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1690/1/td_1602.pdf Acesso em: 15 jun. 2022.
- BARRETO, P.H. História - Bretton Woods. **IPEA - Desafios do desenvolvimento**. Brasília, v. 6, n. 50, p. 1-2, mai. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 30 mai. 2022.
- BELLUZZO, L.G.M. O declínio de Bretton-Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 11-20, jun. 1995. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/1/359> Acesso em: 10 jun. 2022.
- BOETTKE, P.; POWELL, B. The political economy of the COVID-19 pandemic. **Southern Economic Journal** Nashville: Tennessee, v. 87, n. 4, p. 1090 - 1106, fev. 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/soej.12488> Acesso em: 30 mai. 2022
- BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a crise do subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8344> Acesso em: 22 mai. 2022
- BRAGA, J.C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estudos Avançados**: São Paulo v.23, n.65, p. 89-102. fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100006> Acesso em: 16 jun. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Ondas longas e ciclos econômicos. *IN*: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Lucro, Acumulação e Crise**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 182-223.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The global financial crisis and a new capitalism?. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 32, n. 04, p. 499-534, 2010. *apud* DUARTE, F.C.; HERBST, K.K. A nova regulação do sistema financeiro face à crise econômica mundial de 2008. **Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 16-38, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6172857.pdf> Acesso em 20 mai. 2022
- CARCANHOLO, M.; PINTO, E.; FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **Crise financeira internacional: Natureza e impacto 1**. Rio de Janeiro, p. 1-5. mai. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265191933_Crise_financeira_internacional_Natureza_e_impacto_1 Acesso em: 24 mai. 2022.
- CECHIN, A.; MONTROYA, M. A. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 23, n. 48, p. 150-171, jan./jun. 2017 Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/7363> Acesso em: 03 jun. 2022.

CINTRA, M. A. M.; CAGNIN, R. F. Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas. **Direito e Esquerda**, Rio de Janeiro: v. 9, n. 2, p. 296-338, set. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34910> Acesso em: 26 mai. 2022

DUARTE, F.C.; HERBST, K.K. A nova regulação do sistema financeiro face à crise econômica mundial de 2008. **Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 16-38, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6172857.pdf> Acesso em 20 mai. 2022

FEDERAL RESERVE ECONOMIC DATA. **FRED Economic Data Front Search**. Fred St. Louis, 2022. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/> Acesso em: 26 jun. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GONTIJO, C. Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. **UFMG/Cedeplar**, Belo Horizonte, v. 1 n. 342, p. 1-38, dez. 2008. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20342.pdf> Acesso em: 25 mai. 2022.

HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, M.; HARVEY, D.; ZIBECCHI, R.; BADIOU, A.; ŽIŽEK, S. Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos, Brasil, p. 13-24. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf> Acesso em: 30 mai. 2022.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1990.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Policy Responses to COVID-19**. IMF. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19> Acesso em: 22 jun. 2022.

IPEADATA. **Sinopse macroeconômica**. IPEADATA 3.0. 2022. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/beta3/#/lista-de-serie?ascOrder=desc&base=&busca=&columnOrdering=SERATUALIZACAO&fonte=&skip=0&tema=Sinopse%20macroecon%C3%B4mica&territoriality=> Acesso em: 20 jun. 2022.

KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

LACERDA, A.C.; BOCHI, J.I.; REGO, J.M.; BORGES. M.A.; MARQUES, R.M. **Economia Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, A.M.; **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.82 n.1, p. 57-66. nov. 2008 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250047806_A_crise_em_perspectiva_1929_e_2008 Acesso em: 20 mai. 2022.

MITCHELL, W.C. **Business Cycles**. 1 ed. California: University of California Press Berkeley, 1913.

OLIVEIRA, M.F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

RIBEIRO, M. M. **A Administração Política do Capitalismo Contemporâneo em um Contexto de Crise: uma análise das Finanças Públicas no Brasil**. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2018.

ROBERTSON, R. M. História da Economia Americana. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1967. *apud* ALMEIDA, A.C.G. **A Crise de 1929 nos EUA e o New Deal**. 2009. Monografia (Bacharel em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5138> Acesso em: 03 jun. 2022.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. *In*. SANTOS, R. S. **Em busca da apreensão de um conceito para administração política**. São Paulo: Mandacaru, 2004. p. 19-57. *apud* SANTOS, R.S.; RIBEIRO. M.M.; RIBEIRO, E. M. Administração política do capitalismo contemporâneo: desafios para o enfrentamento das crises sociais e econômicas provocadas pela pandemia da covid-19. **Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 22, p. 464-480, jan./dez. 2021 Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/6887> Acesso em: 03 jun. 2022.

SANTOS, R.S.; RIBEIRO. M.M.; RIBEIRO, E. M. Administração política do capitalismo contemporâneo: desafios para o enfrentamento das crises sociais e econômicas provocadas pela pandemia da covid-19. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 22, p. 464-480, jan./dez. 2021 Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/6887> Acesso em: 03 jun. 2022.

SANTOS, R.S; GOMES, F.G. **Outro Modo De Interpretar O Brasil – Ensaios De Administração Política**. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Alagoas: Imprensa Oficial Graciliano Ramos. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

THE WORLD BANK, **World Bank open data: free and open access to global development data**. The World Bank Data. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/> Acesso em: 20 jun. 2022.

VISCUSI, W. K. Economic lessons for COVID-19 pandemic policies. **Southern Economic Journal**, Nashville: Tennessee, v. 87, n. 4, p. 1064-1089, mar. 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/soej.12492> Acesso em: 30 mai. 2022.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de inicialmente agradecer a Deus pelo seu cuidado comigo, se em momentos fui fraco, tenho certeza que foi por causa Dele que encontrei forças para continuar essa difícil jornada.

Agradeço aos meus pais Vitória Maria e Genilton Medeiros, pela paciência, apoio e confiança que depositaram e ainda depositam em seu filho, as suas palavras, conselhos e cuidados sempre me mantiveram em um bom caminho e espero guardá-los em mim para até quando o fôlego me faltar. Também ao meu irmão, Genilson Silva Medeiros pela inspiração, companheirismo e apoio durante todos os momentos da trajetória, você causa mais impacto do que pode perceber, não só a mim, mas em todos ao seu redor. Também às minhas avós Margarida Maria pelos seus conselhos e compreensão, espero que viva mais do a mim mesmo, e Maria de Lourdes (*in memoriam*) pois mesmo não estando presente, senti a sua mão sobre o meu ombro me guiando nos mais escuros trajetos.

À minha tia Adriana Maria pela sua presença, conselhos e boas risadas que sempre tivemos durante toda a vida, tenho certeza que o mundo tem mais cor só pela sua existência, e ao meu primo Adrian David, por sempre me lembrar da minha criança interior e do quanto sortudo sou pelo que tenho.

Aos meus amigos da universidade Iago Wesley, Deborah Adriely, Emanuel Amorim e João Victor, pelo companheirismo e aproximação sem me segregar do ambiente universitário, sinto muitíssimo se não os contatei com o afastamento da pandemia, minha personalidade introspectiva me atrapalha com os relacionamentos que tenho, por isso mil perdões.

Agradeço infinitamente a Ângela Lúcia Teixeira pela oportunidade nessa última etapa do curso, me concedendo espaço, tempo e liberdade para desenvolver as atividades de estágio na sua organização, talvez eu nunca consiga pagar esta dívida com você, me lembrarei sempre da sua bondade e compreensão.

Ao orientador deste trabalho de conclusão de curso, Geraldo Medeiros Júnior, por conceder tempo da sua agenda apertadíssima para orientar este trabalho e me ajudar das mais diversas formas para integralização dessa etapa, juntamente aos integrantes da banca por se prestarem a avaliar o trabalho.

À professora Thayse Andrezza Oliveira, pelas ótimas aulas ministradas durante o curso e pela sua irreverência na educação das disciplinas em que tive o prazer de ser lecionado, com certeza fui inspirado pelas suas aulas e pela sua dedicação.

E por fim, à mim mesmo, por conseguir trilhar uma caminhada tão difícil e dolorosa quanto foi a de me deslocar de tão longe apenas com o propósito de estudar e aprimorar os meus conhecimentos acadêmicos nesta universidade, me alivia muito saber que esse ciclo agora se encerra e que a esperança de um futuro mais iluminado esteja à espreita.